

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ANNE CAROLINE SANTOS SILVA

A QUESTÃO PATRIMONIAL:

REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA PATRIMONIAL DA
CIDADE VELHA, CABO VERDE

ACARAPE – CE
FEVEREIRO/ 2020

ANNE CAROLINE SANTOS SILVA

A QUESTÃO PATRIMONIAL:

**REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA PATRIMONIAL DA
CIDADE VELHA, CABO VERDE**

Monografia apresentada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como requisito básico para obtenção do título de Bacharela em Antropologia do Instituto de Humanidades.

Orientador: Prof. Dr, Rhuan Carlos dos Santos Lopes

**ACARAPE – CE
FEVEREIRO/ 2020**

Catálogo de Publicação na Fonte. UNILAB - Biblioteca Setorial Palmares

Silva, Anne Caroline Santos.

S578q

A questão patrimonial: reflexões e perspectivas sobre a trajetória patrimonial da Cidade Velha, Cabo Verde / Anne Caroline Santos Silva. - Redenção, 2020.

60f: il.

Monografia - Curso de Antropologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes.

1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio histórico. 3. Cidade Velha (Cabo Verde). I. Título

CE/UF/BSP

CDD 966.58

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, ANNE CAROLINE SANTOS SILVA, matriculada na UNILAB sob o número 2016207400, graduanda do curso de Bacharelado em Antropologia, declaro publicamente ser autora da monografia intitulada **Questão patrimonial: Reflexões e perspectivas sobre a trajetória patrimonial da Cidade Velha, Cabo Verde**, e assumo a responsabilidade pela fidedignidade dos conteúdos apresentados, para os quais não existem restrições de divulgação e lisura com que foram por mim obtidos e empregados, sem qualquer violação de direito autoral.



Assinatura

ANNE CAROLINE SANTOS SILVA

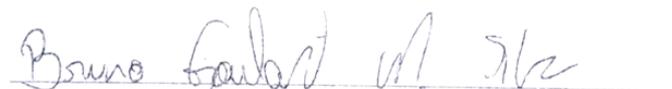
A QUESTÃO PATRIMONIAL:

**REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A TRAJETÓRIA PATRIMONIAL DA
CIDADE VELHA, CABO VERDE**

Monografia aprovada no curso de Bacharelado em Antropologia do Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito final para a obtenção do título de bacharela em Antropologia, sob orientação do professor Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes.

Aprovado em 04 de Fevereiro de 2020

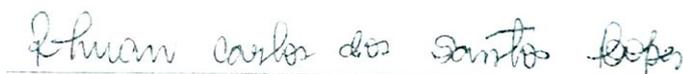
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Goulart Machado Silva



Prof. Dr. Carlos Subuhana



Prof. Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes

Dedico este trabalho a todos aqueles que se comprometem a cuidar do patrimônio em todas as suas vertentes, que possibilitam as gerações vindouras usufruir do passado material e experienciar a riqueza histórica e cultural de outrora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo amor e apoio de sempre.

Agradeço a todos os meus amigos pelo companheirismo e por compartilharmos momentos tão importantes para meu crescimento pessoal.

Agradeço também a meu orientador, Rhuan Lopes, do qual sua experiência e paciência foram de suma importância para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida.

“Um povo sem o conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.”

Marcos Garvey

RESUMO

Esta pesquisa tem por intenção investigar a trajetória do reconhecimento da Cidade Velha, em Cabo Verde, enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2009, bem como apresentar o potencial arqueológico da mesma. Para isso, realiza-se uma análise social sobre o reconhecimento do complexo patrimonial da Cidade Velha, perpassando pela história de formação da cidade, a legislação patrimonial e políticas urbanísticas vigentes no país, bem como busca refletir sobre os impactos socioculturais da apropriação do discurso sobre o patrimônio cultural por partes de representantes que apelam para o desenvolvimentismo denotando um turismo patrimonial. A base metodológica utilizada foi o levantamento e análise de material bibliográfico referentes à cidade (Construção patrimonial, inventários arqueológicos, repositórios online) e a processos de *patrimonialização* tidos como essenciais para ampliação da observação antropológica, pela necessidade de perceber as dinâmicas sociais e captar as diferentes nuances. Pretende-se contribuir com os debates acerca do Patrimônio Cultural no referido país africano.

Palavras-chave: UNESCO. Patrimônio Cultural. Cidade Velha. Cabo Verde.

ABSTRACT

This research aims to investigate a trajectory of recognition of the Cidade Velha in Cape Verde as a World Heritage Site by UNESCO in 2009, as well as to present its archaeological potential. For this, conduct a social analysis of the recognition heritage complex of the Cidade Velha, through the heritage legislation and urban policies in force in the country, as well as reflected on the socio-cultural impacts of participation in the debate on cultural heritage by parties of he represent people that appeal to development denoting a heritage tourism. The methodological basis used was the survey and analysis of bibliographic material related to the city (Heritage building, archaeological inventories, online repositories) and patrimonialization processes considered essential for the expansion of anthropological observation, due to the need to perceive as occur in social dynamics and capture as different shades. Intending to contribute to the debates about the Cultural Heritage in the referred African country.

Keywords: UNESCO. Cultural Heritage. Cidade Velha. Cape Verde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS	15
3. A HISTÓRIA DE CABO VERDE – A RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO	16
3.1 Cidade Velha e a Construção Identitária	25
4. CIDADE VELHA: A TRAJETÓRIA PATRIMONIAL	28
4.1 Legislação Patrimonial em Cabo Verde	34
4.1.1 Políticas Urbanísticas na Cidade Velha	37
4.2 Turismo: Terra para turista ver... mas não muito	39
5. CATÁLOGO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DA CIDADE VELHA	43
5.1 Monumentos de cunho Religioso	44
5.1.1 A Igreja Nossa Senhora da Conceição (1466-1470).....	44
5.1.2 Igreja de Nossa Senhora de Rosário (1495).....	45
5.1.3 Igreja/Hospital da Misericórdia (1556)	47
5.1.4 Sé Catedral (1556-1770)	48
5.1.5 Convento São Francisco (1657)	50
5.2 Monumentos de cunho Militar	51
5.2.1 Fortaleza Real de São Filipe (1587 - 1593)	52
5.2.2 Forte São Veríssimo (1590).....	54
5.3 Monumentos Civis	55
5.3.1 Pelourinho da Picota.....	55
5.3.2 Rua Banana.....	56
5.3.3 Rua Carrera	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por intenção analisar a trajetória patrimonial da Ribeira Grande de Santiago, conhecida por Cidade Velha em Cabo Verde, considerada o primeiro núcleo populacional do arquipélago, e reconhecida em 2009 enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade¹ pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)². Pretende-se também contribuir para o campo de estudos sobre o patrimônio histórico e cultural, ainda incipiente em alguns países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como é o caso de Cabo Verde.

É verificável nas sociedades ocidentais que compreendem o tempo e logo os fatos históricos de modo contínuo, que compartilham da compreensão de um tempo histórico linear, a dinâmica entre lembranças e esquecimentos (ABREU, 2007: 263), assim, é fato, que o patrimônio não se refere apenas a um legado de um passado que é herdado, as sociedades erigem museus, preservam edifícios e sítios contra as intempéries e ação do tempo, num processo seletivo do que o grupo almeja legar ao futuro. (BOAS, 2013: 9)

Preservar o passado é algo inerente ao ser humano, como numa necessidade inconsciente de estar materialmente ligado à sua origem. Nesse sentido, a cultura material ou arqueológica refere-se a objetos, edificações, utensílios, ferramentas, adornos, etc., que detém significado para distintos grupos. Estes objetos atrelados aos processos mnemônicos mantêm viva tradições e crenças e dão significado a cultura, exercendo fundamental influência na definição da identidade cultural de uma sociedade. (BRANCO, 2007: 1-2).

Nessa lógica, a cultura surge como cerne para se compreender a relevância do patrimônio, pois é o que nos liga fisicamente ao nosso passado no tempo histórico, são objetos que remetem a uma época e lugar específicos, e a um povo que o produz e reproduz.

¹ Informação disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1310>. Acesso em: 29/09/2018 às 10:20

² Sigla em inglês “*United Nations for Educational, Scientific and Cultural Organization*”

O conceito antropológico de cultura ganha notoriedade após a Segunda Guerra Mundial, que faz com que intelectuais busquem elementos pacificadores entre as nações. Os antropólogos culturais como Franz Boas e Bronislaw Malinowski trazem noções de valorização das diferenças como forma de barrar o racismo, etnocentrismo e evolucionismo que hierarquizava as culturas. Nessa conjuntura ocorre a fundação da UNESCO em 1946, que passa a estimular pesquisas sobre diversidade cultural no planeta na intenção de fomentar ideais humanistas e salvacionistas em relação ao patrimônio cultural, seja material ou imaterial das culturas ademais do continente europeu. (ABREU, 2007: 272)

A UNESCO possibilita a criação de outros órgãos que surgem na prerrogativa de valorização dos elementos formadores das culturas, evidentemente nesse contexto o patrimônio ganha notoriedade e, de modo abrangente, um conceito que engloba tudo aquilo que tem um valor excepcional e genuíno, seja histórico, cultural, natural ou público, pertencente a um determinado grupo que compartilha uma mesma memória coletiva. (MARTINS, 2011: 26)

As últimas décadas vêm sendo marcadas por constantes processos de *patrimonialização* das cidades, em que se convertem estruturas arquitetônicas em patrimônio material, num cenário pós-colonial no qual se intensifica a mobilidade geográfica e os fluxos migratórios possibilitando o surgimento de novas identidades, a necessidade de auto-identificação e sentimento de pertencimento torna-se ainda mais latente. Não obstante, o patrimônio mostra-se enquanto suporte de recriação simbólica das identidades.

Na Cidade Velha, local das análises aqui propostas, logo na pós-independência os bens patrimoniais são ativados com a finalidade de identificação coletiva, utilizados pelos agentes políticos que nutrem o discurso da legitimação identitária a partir do cunho histórico de origem de Cabo Verde, assim o centro histórico da Cidade Velha é visto como berço da nação cabo-verdiana.

A questão da identidade cultural é essencial para se compreender o reconhecimento do patrimônio na Cidade Velha, pois com a *patrimonialização* o potencial turístico e econômico da cidade passa a ser explorado, e de forma processual, na perspectiva do desenvolvimento o patrimônio torna-se produto a ser consumido pelo mercado turístico, e ao passo que a Cidade Velha se torna alvo do

turismo o seu patrimônio vai se afirmando enquanto símbolo de Cabo Verde. (DOS SANTOS, 2009: 29)

O processo de reflexão sobre o que nos representa e nos identifica no mundo reflete diretamente no que somos e no que queremos, dar sentido ao passado é primordial para nortear nosso futuro, o reconhecimento dos símbolos que representam a existência humana dão suporte para a consciência nacional de pertencimento e para o desenvolvimento das sociedades.

Esse estudo germina da visita a Cidade Velha ocorrida em agosto de 2018, que permitiu a interlocução com o povo cabo verdiano e os aspectos culturais mais diversos e ricos que tão somente relatos não podem abranger. A Unilab proporcionou o contato com a cultura cabo verdiana e tão logo me despertou interesse pelos elementos que compõem essa identidade. Deste modo, a trajetória da pesquisa deu-se em primeiro pela visita a cidade, depois pela junção de material bibliográfico referentes à Cidade Velha e outros aspectos pertinentes a pesquisa, para enfim dá-se a produção da monografia.

O capítulo um pretende demonstrar a relevância histórica da cidade no contexto nacional, bem como a formação da apropriação dos discursos sobre o patrimônio. O capítulo dois, intenta apresentar a trajetória patrimonial da Cidade Velha, perpassando pelos conflitos referentes à legislação patrimonial, as políticas urbanísticas e o turismo. Por fim, o capítulo três cataloga os principais monumentos que compõem o complexo patrimonial.

A metodologia adotada foi a análise bibliográfica de inventários arqueológicos, repositórios online de sites oficiais da UNESCO, e do Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde (IPC) entre outros. A fundamentação teórica utilizada foi a partir dos teóricos da área de patrimônio, e prezou-se pela valorização de intelectuais africanos, em especial de Cabo Verde para valorizar a perspectiva de produção de conhecimento endógenos.

2. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Investigar a trajetória do reconhecimento da Cidade Velha enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO e o potencial arqueológico da mesma.

Contribuir com estudos sobre o patrimônio em Cabo Verde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Delinear a história da Cidade Velha, Cabo Verde;
- b) Demonstrar a relação da emancipação política com a construção identitária em Cabo Verde;
- c) Retratar o percurso do reconhecimento patrimonial na Cidade Velha;
- d) Elencar a legislação patrimonial vigente e as reformas urbanísticas da cidade;
- e) Catalogar os monumentos e sítios que compõem o patrimônio histórico da Cidade Velha.

3. A HISTÓRIA DE CABO VERDE – A RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO

Cabo Verde é um país que está localizado na região tropical do Atlântico Norte, há quase 500 km da Costa Ocidental Africana, o nome do país faz referência a península de mesmo nome (*Cap Verde*) localizada no Senegal, é um arquipélago composto por dez ilhas e quatorze ilhéus³ de origem vulcânica que se subdividem em dois grupos administrativos devido à posição dos ventos alísios do Nordeste e também por herança da tradição náutica dos navegantes (TAVARES, 2017: 27).

Ao Norte o grupo Barlavento compreende a Ilha de São Vicente, Ilha de Santo Antão, Ilha de Santa Luzia (desabitada), Ilha de São Nicolau, Ilha do Sal, Ilha da Boa Vista, e os ilhéus desabitados dos Pássaros, Branco e Raso, Rabo de Junco, Sal Rei, Baluarte e ao Sul o grupo Sotavento que compreende a Ilha de Santiago, Ilha do Fogo, Ilha Brava, Ilha do Maio, e os ilhéus desabitados Santa Maria, Grande, Luís Carneiro, Sapado, Baixo, Rei, Rombo, da Areia, de Cima (Fig. 1), que no total ocupam uma superfície de 4033 km². Dentre todas as ilhas do arquipélago a Ilha de Santiago é a maior, tanto em extensão (991 km²) quanto por densidade demográfica (300.262 hab., censo de 2010)⁴ e sede da capital do arquipélago, a Cidade da Praia (TAVARES, 2017: 27).

³Ilha pequena ou ilhota. (Infopédia 2003-2019) Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ilh%C3%A9u>>. Acesso em: 18/06/2019 às 13:00

⁴ Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE, CV), Recenseamento Geral de População e Habitação, Censo 2010. Disponível em: < <http://ine.cv/quadros/rgph-2010-cabo-verde-em-numeros/>>. Acesso em: 31/10/2019 às 16:30

Figura 1 - Mapa de Cabo Verde – Localização da Ribeira Grande de Santiago/ Cidade Velha



Fonte: Guia de Normas Urbanísticas da Cidade Velha (2018) ⁵

A história de Cabo Verde está intimamente ligada à expansão marítima de Portugal e é fruto das expedições de ‘descobrimento’. Diferentemente do Brasil o arquipélago era desabitado, não havia incidência de nenhum povo nativo, pelo menos não existem estudos que provem o contrário até o momento (BOAS, 2013: 17).

A ilha de Santiago foi a primeira do arquipélago a ser ocupada, tal ocupação da ilha deu-se inicialmente mais à região sul por sua formação natural, possuindo uma ribeira⁶, que deu nome à vila que iria se formar, Ribeira Grande de Santiago que é historicamente considerada uma das mais antigas cidades fundadas

⁵Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20Urbanistico%20Ilustrado%20da%20Cidade%20Velha.pdf> , pág, 6 Acesso em 28/11/19 às 12:13

⁶ Curso de água, navegável ou não, maior que um riacho e menor que um rio. (Infopédia 2003-2019) Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ribeira>. Acesso em: 18/06/2019 às 22:09

pelos europeus na África Subsaariana e o primeiro núcleo populacional do país com a chegada dos portugueses no século XV por volta de 1460, ela está localizada a cerca de 10 km da cidade da Praia, atual capital da ilha e também capital do país. (FERREIRA, 1997: 15)

Logo que os “colonizadores chegaram constataram a excelente posição geográfica e estratégica que a região ocupava: no meio do oceano, dando a possibilidade de ali aportar, fazer escala e prosseguir para destinos mais longínquos” (PEREIRA, 2005: 32 in TAVARES, 2017: 30). Esses fatores corroboraram para que a Ribeira Grande de Santiago se tornasse o centro administrativo colonial português em Cabo Verde.

A Ribeira Grande de Santiago era favorecida por um vale fértil que enriquecia o solo tornando-se viável por razões evidentes de subsistência permitindo a agricultura, o que a tornava um diferencial, pois as ilhas ‘recém descobertas’ eram consideradas insalubres por possuírem poucos recursos naturais. Para se ter noção das características naturais da geografia do arquipélago, estudos recentes apontam que apenas 10% do total da superfície das ilhas são áreas cultiváveis, devido ao alto nível de erosão provocado pelo histórico geológico vulcânico e da topografia montanhosa, para além do clima árido no litoral sujeito a chuvas torrenciais o que torna a agricultura uma tarefa árdua (CARDOSO, 2006 in TAVARES, 2017: 29).

Além disso, detinha uma baía que possibilitava a desembocadura das embarcações e também por localizar-se num boqueirão criando uma espécie de fortaleza natural caracterizado por íngremes encostas, o que para os colonizadores tornava a cidade mais segura contra possíveis ataques marítimos, muito comuns nesse período. Essas características naturais ainda são observáveis na atual geografia local. Deste modo, a Ribeira Grande se encontrava estrategicamente bem localizada seja pelas condições naturais favoráveis, ou por se encontrar próxima da costa africana e no caminho marítimo para a Índia, fatores que foram determinantes na escolha dos colonizadores.

A ocupação portuguesa durou entre 1455-1975 e com um fluxo contínuo de idas e vindas de pessoas, Cabo Verde se tornou um ambiente propício a variedades linguísticas e culturais, e foram nessas condições que foi se forjando a história, a vida social, econômica e cultural desse povo.

Logo a princípio a ocupação portuguesa dividiu a ilha de Santiago em capitânicas, assim como em outros arquipélagos de possessões portuguesas, a exemplo os Açores e a Madeira, tal divisão de terras foi aplicada em outros territórios colonizados por Portugal como viria a ser o caso do Brasil. (CARREIRA, 1983: 25 in GOMES, 2006: 159) Deste modo Santiago foi dividida em duas capitânicas, a Capitania do Sul, no qual a capital era a Ribeira Grande e foi designada ao navegador genovês Antonio da Noli no posto de capitão donatário, responsável pela administração e povoamento, e a Capitania do Norte, com a capital Alcatrazes, doada a Diogo Gomes (essa última não prosperou), ambos são considerados os “descobridores” oficiais do arquipélago, atualmente existem controvérsias sobre essa informação, mas esta é a oficial (PEREIRA, 2013: 103).

A princípio, século XV, houve certa resistência dos colonos portugueses em se estabelecer na vila da Ribeira Grande devido a inexistência de minerais preciosos, tais colonos em sua maioria provinham inicialmente do Algarve e da Madeira e mais tarde do norte de Portugal. O fator mencionado fez com que a coroa portuguesa incentivasse a imigração transformando a vila com edificações e formação urbana semelhante às existentes em Portugal, foi investido em bens públicos como praças, ruas, canal de transposição hídrica, etc. (DOMINGUES, 1991, 47-50 in TAVARES, 2017: 30 – 31) Algum tempo depois, juntam-se ao povoado de portugueses na vila da Ribeira Grande de Santiago escravizados vindos da Guiné, do Senegal, os bantos, os sudaneses entre outros. (FERREIRA, 1997: 15)

Outra iniciativa da coroa portuguesa foi permitir o livre comércio com a Costa da Guiné através de uma carta régia de 12 de Junho de 1466, incentivando as transações comerciais dos colonos como forma de atrativo para a vila. Deste modo no período de expansão do colonialismo português ao longo de três séculos, muito foi investido em infra-estrutura, sobretudo em fortificações militares e instituições de cunho religioso, como também de cunho político e administrativo fato constante em outras colônias utilizadas para efetivar a colonização. A Igreja Nossa Senhora da Conceição (1466-1470); Igreja de Nossa Senhora de Rosário (1495); Pelourinho da Picota (1512-1520); Igreja/Hospital da Misericórdia (1556); Sé Catedral (1556-1770); Palácio Episcopal situado nas cercanias da Sé (1556 - atualmente destruído); edifício da Câmara Municipal; Fortaleza Real de São Filipe (1587 - 1593), Forte São Veríssimo (1590), Convento São Francisco (1657) foram edificações relevantes na

Ribeira Grande de Santiago e até os dias atuais as ruínas de alguns e os edifícios restaurados de outros permanecem e destoam em meio a paisagem urbana. (TAVARES, 2017: 31)

A Ribeira Grande desenvolveu-se em um curto espaço de tempo, a vila torna-se sede da primeira diocese da Costa Ocidental Africana em 31 de janeiro de 1533 a pedido do rei de Portugal D. João III, no mesmo ano os portugueses elevam a vila da Ribeira Grande ao *status* de cidade, e tão logo torna-se a capital do arquipélago. É enviada uma carta a Portugal em 27 de Março de 1549, em que André Rodrigues, um contador, escreveu ao rei D. João III, informando que *a exceção da cidade de Lisboa, nem duas cidades do reino rendiam tanto como ela* (CABRAL, 2001: 225 in TAVARES, 2017: 32).

Com o privilégio cedido aos colonos da abertura comercial e com o crescente mercado do tráfico negreiro somado a situação geoestratégica, ocorreu o rápido povoamento da cidade, e entre os séculos XV e XVI a principal funcionalidade da cidade era servir de ponto de abastecimento para o comércio de escravizados trazidos da Costa Africana até a Ribeira Grande e de lá enviados as Canárias, Portugal e Antilhas, e no século XVII ao Brasil, para trabalhar nas produções de cana-de-açúcar, café e algodão, tendo seu auge até meados do século em questão. (FILHO, 1989: 37 in TAVARES, 2017: 32).

Neste cenário entre o fim do século XV e início do XVI um grupo teve papel crucial na intermediação entre colonizadores e colonizados e impulsionaram o comércio de escravizados e a expansão do tráfico negreiro entre as colônias portuguesas, eram os “filhos da terra”, os “lançados”, brancos descendentes de portugueses que nasceram em Guiné-Bissau, ou descendiam de colonos portugueses em Cabo Verde que também se assentaram na Alta Guiné, estes já conheciam os idiomas locais e também os aspectos culturais e estabelecem relações com os líderes africanos, alguns inclusive casando com as filhas dos líderes para gozarem de mais status social e autonomia para assim ter acesso aos homens e mulheres africanos que logo seriam escravizados. (HENRIQUES, 2016: 91)

Houve uma explosão demográfica em pouco mais de uma década o que reflete diretamente no desenvolvimento econômico que atrai mais pessoas para

povoar a ilha, e coincide com a expansão do comércio de escravizados, assim a pequena cidade se torna uma importante base comercial portuguesa com considerável potencial econômico. Tais notícias da prosperidade desta colônia logo circulam pela Europa despertando interesse de piratas e corsários a serviço das coroas, isto somado ao fato que a colônia era desprovida de defesas, tão logo seria alvo de potências marítimas: holandeses, franceses e ingleses. (GOMES, 2006: 161)

Devido ao isolamento no meio do oceano atlântico, a segurança não foi a preocupação inicial dos colonizadores, apesar de os saques provenientes de embarcações serem um dos maiores problemas para os estabelecimentos portugueses na Costa Africana. Entre finais do século XV e XVI os colonos dispunham de armas para defesa pessoal e para proteção da vila em caso de possíveis ataques de piratas ou corsários, mas não dispunham de pessoas treinadas para tal e nem uma construção fortificada com a finalidade de proteção, e tampouco a coroa apoiava financeiramente essas edificações. (TAVARES, 2017: 33)

Todavia com a crescente economia da cidade logo tais notícias se espalham pela Europa, e o primeiro ataque ocorre em 1541 por piratas, alguns anos depois ingleses atacaram a cidade respectivamente em 1585 e 1592. A cidade passa a ser assolada por constantes ataques, sobretudo de franceses e ingleses e entre os séculos XVI e XVII (1580 – 1640) a cidade foi atacada diversas vezes, onde saqueavam e destruíam, deste modo as autoridades coloniais viram a necessidade de construção de uma unidade militar para defesa e assim a Fortaleza Real de São Filipe (1587 - 1593) foi construída, demorando algo em torno de seis anos para ser terminado. Dentre os atacantes destaca-se o corsário inglês Sir Francis Drake que, no século XVI, saqueia e queima a Ribeira Grande a serviço da coroa britânica. (CARVALHO & AKIBODÉ, 2008 apud BOAS, 2013: 42)

Esses ataques causaram grandes danos à cidade e suas edificações e, portanto à economia colonial portuguesa, mas também proporcionou aos escravizados a oportunidade de fuga para regiões mais ao interior da ilha onde formaram comunidades de negros livres, eles ficaram conhecidos como “badius”⁷, do português arcaico que faz referência a “vadios”, fugitivos. Esses grupos eram considerados ameaças para os colonizadores, e, portanto, constantemente

⁷ Atualmente utilizada pelos cabo verdianos para se referir a própria identidade cultural.

perseguidos. Imbuídos de um sentimento de resistência esses grupos se manifestavam culturalmente pelo fenômeno social e cultural conhecido como *Tabanka* (em crioulo de Cabo Verde), que surge provavelmente no século XVIII fruto do sincretismo cultural que consistia em festejos em que os negros teatralizavam sobre a realidade colonial, tocavam músicas, dançavam, etc. Sendo reprimida pela administração colonial passa a ser uma prática proibida, ressurgindo com mais vigor após o fim da colonização. (NÓS GENTI, 2012)⁸

A Ribeira Grande foi perdendo aos poucos sua importância como porto de exportação de escravizados, e perde também a sede do episcopado e do governo que é transferido em 1652 para a cidade Praia de Santa Maria, há 10 km da Ribeira Grande. Apesar do *status* que alcançou teve o seu total declínio (séc. XVIII) devido à frequentes ataques que arrasaram a cidade. Em 1687, os colonizadores portugueses estabelecem um posto comercial na Guiné-Bissau, subordinado administrativamente a Cabo Verde, indivíduos cabo-verdianos sejam descendentes de portugueses sejam miscigenados eram nomeados a cargos políticos e militares em Guiné, será somente em 1879 que a Guiné Portuguesa será separada politicamente de Cabo Verde.

A derrocada final da Ribeira Grande de Santiago, após sucessivos ataques, ocorre em 1712 quando é atacada por piratas franceses liderados pelo corsário Jacques Cassard, tendo um prejuízo de três milhões de libras esterlinas da época. (TAVARES, 2017: 55) Em detrimento da insustentabilidade da Ribeira Grande as autoridades coloniais portuguesas abandonam a cidade e passam a sua sede administrativa para a cidade da Praia em 1770, mas somente em 1858 houve o reconhecimento definitivo da cidade da Praia enquanto capital de Cabo Verde (atual capital do arquipélago). A escolha deve-se ao fator natural como um local mais defensável (do ponto de vista militar) da cidade, com um elevado pico e formação de planalto que dava a possibilidade de observar a aproximação de embarcações mais ao longe e assim preparar as defesas. (TAVARES, 2017: 33) Atualmente um dos bairros mais antigos da Cidade da Praia é o 'Plateau' (Planalto em francês) que sedia algumas construções militares que remontam ao século XVIII.

⁸ Cabo Verde – Da descoberta a atualidade. 2012. Disponível em: <https://nosgenti.com/188/>. Acesso em: 18/10/2019 às 13:10

Como já exposto, a Ribeira Grande foi perdendo sua importância como entreposto de escravizados, e entre 1643 e 1645 esse comércio é drasticamente reduzido com o acordo entre Portugal e a Inglaterra para a proibição do tráfico de escravizados, porém mesmo depois de firmada essa interdição em 1815, essa atividade comercial permanece sendo a principal fonte econômica da cidade, da ilha e do arquipélago como um todo, considerando que a cidade era o principal ponto econômico de Cabo Verde. Barcos espanhóis, franceses, brasileiros e ingleses, ainda escalavam os portos de Cabo Verde transportando escravizados do continente africano para o Brasil, EUA, Cuba e outros lugares com os quais os portugueses mantinham relações comerciais, mas somente em 1869, com a abertura do Canal de Suez, o movimento nos portos de Cabo Verde enquanto entreposto de escravizados foi muito reduzido e definitivo em 1876, com a abolição do comércio de escravos, o tráfico de escravizados é abandonado por completo em Cabo Verde. (NÓS GENTI, 2012)

Com o fim do comércio de escravizados, no século XIX, uma profunda crise se instaura nas ilhas, este fator somado as difíceis condições naturais (pois com as plantações, os efeitos são devastadores no ambiente agravando as condições geofísicas e climáticas) que comprometem a agricultura e a subsistência desse povo, prolonga e intensifica os períodos de estiagem. Assim, com secas prolongadas estima-se que houve milhares de mortes e uma enorme emigração (fator marcante nesse povo que desde 1880 houve um largo processo emigratório para Portugal, EUA, etc. e hoje estes emigrantes constituem importantes comunidades permanentes nesses países).

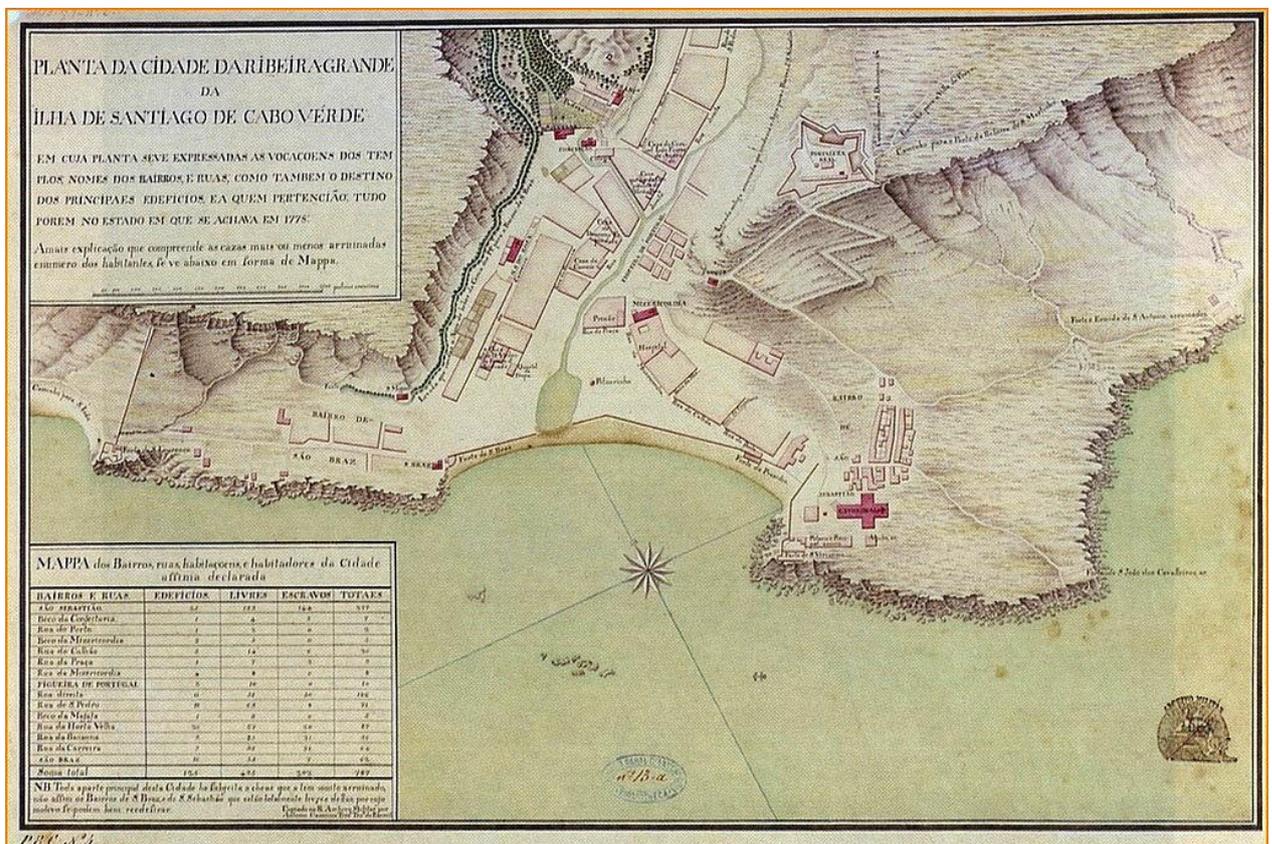
Após sua decadência suas construções históricas foram se degradando pela ação humana e corroída pela ação do tempo. Ganha a alcunha de 'Cidade Velha' no transcorrer do século XVIII, estava praticamente abandonada e seus monumentos em ruínas, pois em detrimento da cidade da Praia alguns monumentos foram demolidos e suas pedras calcárias (trazidas de Portugal para a construção dos monumentos) e basálticas (de origem vulcânica encontram-se em abundância na ilha) transportadas para a construção da nova capital.

De 1835 a 2005 o Município da Ribeira Grande de Santiago era político e administrativamente sujeito ao Município da Praia, mas com a sanção da Lei no

63/VI/2005 no dia 9 de maio de 2005 pela câmara municipal, que concedeu autonomia ao Município da Ribeira Grande de Santiago e resgatou o nome da “Cidade de Santiago”. A alcunha Cidade Velha vem atrelado ao valor histórico que o povo remete a cidade, este ainda é referenciado pois já faz parte do imaginário popular (DOS SANTOS, 2009: 30-31).

Temos então essas três formas de nos referir concelho⁹ Ribeira Grande de Santiago, Cidade de Santiago e Cidade Velha. Nos próximos capítulos nos deteremos a utilizar este último para dar vazão a forma que os próprios cabo-verdianos se referem a cidade.

Figura 2 - Mapa da Ribeira Grande de Santiago em 1778



Fonte: *Lire Cap Vert*¹⁰ Obs.: Os pontos em vermelho representam construções de cunho religioso e militar (Em cruz)

⁹ Seção administrativa, pequena parte de um território, um município. Termo utilizado em português de Portugal. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/concelho/> Acesso em: 01/12/2019 às 15:22

¹⁰ Disponível em < <http://www.lirecapvert.org/cartes-anciennes.html>> Acesso em: 31/10/19 às 19:45

3.1 Cidade Velha e a Construção Identitária

Durante a primeira metade do século XIX com a proibição do tráfico negreiro (1815 – acordo entre Inglaterra e Portugal) vemos os primeiros indícios de cerceamento econômico em Cabo Verde, pois a economia local era baseada nisso como vimos anteriormente.

Com o fim do tráfico de pessoas as ilhas entram em uma profunda crise, visto que um país com poucos recursos se mantinha através de relações comerciais, isso faz com que o interesse comercial do arquipélago diminua drasticamente, passando a assentar numa economia de subsistência, o que faz crescer a incidência de plantações para estancar a decadência da economia e assim várias áreas florestais são desmatadas, considerando as condições geoclimáticas difíceis, esse desmatamento só agrava a situação. Nessas condições estima-se que mais de 120.000 pessoas tenham sido assoladas pela seca e pela fome entre 1876 e 1975 (NÓS GENTI, 2012).

Ao longo do século XX ainda sob o domínio colonial português o povo cabo-verdiano continua a passar por dificuldades devido à instabilidade social e econômica, outra constante é o fato de também serem assolados pela ditadura portuguesa. Os legados da colonização impulsionam os movimentos revolucionários de emancipação entre as décadas de 60 e 70 do século passado com o estopim da ditadura salazarista em Portugal. (NÓS GENTI, 2012)

Em 1956, Amílcar Cabral (1924-1973), proeminente político e teórico marxista guineense funda o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e um dos fundadores do Estado cabo-verdiano, que tinha por foco principal a emancipação política e econômica de Guiné-Bissau e Cabo Verde de Portugal. Em 1963, houveram conflitos armados pela independência, grupos populares como a exemplo os ‘Rebelados’¹¹ juntam-se a causa, e com a queda da ditadura em Portugal, em 25 de Abril de 1974, meses depois em 26 de Agosto de 1974 ocorre a independência de Cabo Verde e de Guiné-Bissau.

¹¹ Grupo ainda existente na Ilha de Santiago às proximidades da cidade do Tarrafal, é uma comunidade rural autônoma de descendentes dos ‘badiu’ que tem por idioma matriz o crioulo cabo-verdiano.

Com a emancipação política de Cabo Verde a preocupação acerca da Cidade Velha e sobre o que ela representa para a sociedade cabo-verdiana passa a ser uma constante para as autoridades locais e restaurar esses monumentos históricos recuperando o que havia sido se torna meta do governo.

A princípio, nos primeiros anos no pós-independência se fazia referência à importância histórica da cidade para o país e sua estreita relação com as origens daquele povo, paulatinamente se cria no campo simbólico uma alusão aos monumentos históricos (apesar de ainda não estarem bem definidos) como os bens culturais que constituem a cultura cabo-verdiana, dessa forma o reconhecimento do patrimônio cultural vai se afirmando ao passo que se engendra o discurso de unidade nacional.

Selecionar e proteger sítios históricos e naturais, eleger e preservar objetos culturais representativos são atividades que os Estados executam no plano nacional, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. (MARTINS, 2011:27) Cabo Verde como um Estado emancipado toma medidas para preservação de seu patrimônio e logo afirma sua particularidade cultural e os discursos de pertencimento identitários são forjados a partir de então. Conhecer, conservar, divulgar, e salvaguardar, torna-se ações necessárias para valorizar o patrimônio cultural e fomentar a identidade cultural. (TAVARES: 2017: 17)

Uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio. (GOLÇALVES, 1996: 24 in MARTINS, 2011: 26)

A formação da identidade cabo-verdiana e o surgimento do Estado-Nação em Cabo Verde são resultados de fatos históricos que contribuíram para uma miscigenação cultural ocorrida no país e cria uma singularidade própria que os distingue do resto do mundo que podem ser percebidas na gastronomia, música, língua entre outros. (MADEIRA, 2014: 234). Em Cabo Verde se originou uma grande diversidade, legado da escravidão e da resistência negra que origina uma rica e nova cultura, a cultura crioula. A língua crioula é resultado da necessidade de inventar uma nova linguagem e uma nova forma de expressão cultural.

A cultura para a Antropologia está intimamente ligada à relação dos homens e mulheres com o mundo, tendo por característica a dinamicidade e está em constante

transformação se retroalimentando de inovação ao contato com outras culturas, assim como um organismo vivo. A cultura como elemento definidor da identidade deve ser compreendida como um todo em confluência, pois condições históricas específicas influenciam a existência desta cultura e a forma que os sujeitos se identificam e percebem o outro em contraste, temos por resultado várias formas de manifestação, costumes, crenças, dança, idioma, música, padrões comportamentais, religião, sabedoria popular, tradições orais, etc.

Os discursos sobre o patrimônio se fortalecem com a afirmação do Estado-Nação cabo-verdiano e o mesmo passa a representar a memória e a identidade nacional, pois cada elemento cultural influenciou a criação dessa identidade num processo de correlação com o patrimônio. Os conceitos de identidade e cultura são sublevados para dar cabo à construção de uma *consciência nacional*, e logo se fomenta a ideia de “ser cabo-verdiano” e se afirmar enquanto tal para si e para o mundo. (MADEIRA, 2014: 1) Esse jogo simbólico e de representação é essencial, pois une fatores étnicos, socioculturais, geográficos e territoriais heterogêneos em uma única nação (DOS SANTOS, 2009: 34-35).

Deste modo viu-se a necessidade de reconhecer elementos históricos e culturais intrinsecamente ligados a cultura cabo-verdiana criando um sentimento de identidade nacional, nesse contexto a Cidade Velha é tida como ponto de partida para a construção dessa identidade por seu valor histórico e cultural a nação cabo-verdiana.

As construções históricas da Cidade Velha são utilizadas como aporte para afirmar a identidade nacional, ainda hoje algumas construções desse passado podem ser encontradas na cidade e se destacam em meio à paisagem natural e urbana, apesar das consecutivas intempéries no decorrer dos séculos sejam de procedência humana ou natural (por localizar-se numa encosta marítima foi assolada por constantes temporais) (TAVARES, 2017: 33).

4. CIDADE VELHA: A TRAJETÓRIA PATRIMONIAL

Devido ao largo conhecimento que se tem na academia sobre patrimônio, faremos uma abordagem elucidativa sobre o conceito para compreendermos o processo de *patrimonialização* da Cidade Velha.

Para Marshall Sahlins (1997:41) “*As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados que não podem ser determinados (tão somente) a partir de propriedades biológicas ou físicas*”, ele evidencia o potencial da cultura que nos torna diferentes de quaisquer outros seres vivos, de ordenar o mundo simbolicamente, de darmos significados ao mundo ao passo que nos identificamos como parte dele “*(...)uma vez que o homem é o produto e também produtor da própria cultura.*” (MADEIRA, 2014: 233-234).

A história e os seus objetos ganham um valor e um interesse sem precedentes. Através do patrimônio, o indivíduo retira um pedaço de passado, sob a forma de símbolos pessoais, em relação aos quais percebe uma vinculação direta. Com finalidades de identificação no espaço e no tempo, como elemento de referência, o patrimônio representa, para a sociedade atual, uma verdadeira necessidade [...] (PEIXOTO, 2002 apud BOAS, 2013: 9)

O conceito de patrimônio na perspectiva que temos hoje é fruto dos processos políticos resultados da Revolução Francesa, uma vez que a população tomada pelo sentimento revolucionário destruía os elementos que representavam o antigo regime, neste momento histórico alguns intelectuais agem em defesa do patrimônio ressaltando que os monumentos históricos são essenciais para a nação. Desde então todas as sociedades modernas ocidentais passam a tomar medidas salvacionistas em relação aos seus patrimônios. (ABREU, 2007: 267)

Para o antropólogo Llorenç Prats o patrimônio é “uma construção social” (1997: 19) e está intrinsecamente relacionado às distintas configurações socioculturais de um grupo que atribui valor e significado ao patrimônio. (BOAS, 2013: 9). Nesse viés o patrimônio está ligado ao sentido do legado histórico, do que se herda dos que nos antecederam, ele confere a um povo identidade e sentimento de pertencimento, seja a uma nação ou os seus valores, e também concede o sentido de continuidade geracional. Nesse viés os processos mnemônicos e sua relação com os processos patrimoniais são os elos que unem os grupos ao seu passado criando o sentimento de vínculo. O patrimônio em si não existe de modo

isolado, ele está sempre relacionado a algo, podendo ser Histórico, Cultural, Natural/Ambiental e Público. (BAPTISTA, 2008: 5)

O patrimônio histórico refere-se a bens de cunho material, que remontam a algum momento no passado histórico, podendo ser acessórios, artefatos, arquitetura, utensílios, vestimentas, etc., que através da conservação resistiram ao tempo e de alguma forma permite criar uma ligação entre o passado, presente e o futuro. (BRANCO, 2017: 1)

O patrimônio cultural perpassa pelo o que seria o patrimônio material e imaterial, este integra todos os bens que já foram produzidos pela humanidade e está em constante atualização, pois assim se manifesta a cultura, assimilando novos aspectos e resignificando os já existentes. Nesse prisma o patrimônio material subdivide-se em Imóvel, edificações, casas, praças, fazendas e outros, e Móvel, que podem ser esculturas, pinturas e etc., que datam de um período histórico de determinada sociedade e são determinantes para se perceber aspectos da existência do grupo no tempo histórico, podemos anexar ainda ao patrimônio material o patrimônio arqueológico que é constituído pelos vestígios, bens e outros indícios da evolução da vida e dos seres humanos. Já o patrimônio imaterial consiste em práticas, representações, expressões, tradições e conhecimentos que perpassam as gerações e são associados às comunidades. (MARTINS, 2011: 28)

O patrimônio natural concerne a tudo que compreende o meio ambiente, seja fauna, flora, rios, oceanos e outros que estejam em contato e interajam de algum modo com o ser humano. O patrimônio público é um conjunto de bens que se encontram sob domínio de um governo seja em instância federal, estadual ou municipal e que possa ser compartilhado com a população, sendo responsabilidade dos órgãos públicos o mantimento do mesmo como também de todos os cidadãos, tendo em vista ser um bem de todos. Os tipos de patrimônio supracitados podem ser considerados de domínio público, pois todos se interconectam e dão significado a existência do conceito maior de patrimônio. (BAPTISTA, 2008: 7) Na Cidade Velha, podemos constatar a existência de todos os tipos de patrimônio mencionados, porém nos deteremos ao de cunho histórico-cultural que são nos apresentados através dos monumentos arquitetônicos.

Nas últimas décadas a UNESCO e os países que compõem a entidade vem demonstrando interesse em cidades (ou outras tipificações semelhantes) de importância histórico e cultural promovendo verdadeiras campanhas de conscientização e conservação desse legado, e neste cenário se orquestra a *patrimonialização*. Talvez por conta da intensificação da globalização e a propagação em escala global das trocas de informação, vivencia-se um forte processo de hibridização cultural, o que, numa visão mais conservadora, ameaça a existência de ‘manifestações culturais’ e leva autoridades a buscar elementos que os diferenciem dos demais.

No dicionário encontramos a seguinte definição para *patrimonialização*, “atribuir a um bem material ou imaterial o estatuto de patrimônio, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico, etc.) para determinada região ou país, com o objetivo de garantir sua preservação, divulgação.” (Infopédia, 2003-2019) ¹² Os processos de *patrimonialização* são alvos de interesses dos governos e instituições e a esses processos estão atrelados a formação dos Estados-Nação e a identidade coletiva.

Logo após a independência e emancipação política de Portugal em 1975, e a consequente criação do Estado-Nação cabo-verdiano, não houve de imediato a decorrência de ações práticas em relação à questão patrimonial, visto que haviam outros âmbitos prioritários que estavam precarizados, sendo resquícios da administração colonial, mas é notória que esta era uma constante, como nos demonstra a participação de Cabo Verde em 1972, na Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural¹³ evento realizado na Conferência Geral da UNESCO que ocorre em Paris, França que se baseou em documentos anteriores sendo a Carta de Atenas (1933) e Carta de Veneza (1964) os principais, em que ambas explicitavam a urgência na preservação dos elementos arquitetônico remanescentes de culturas passadas que poderiam melhorar as condições de vida a partir de melhorias urbanísticas nesse setor. (PELLEGRINI, 1993:99 in BAPTISTA, 2008: 5)

¹² In Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em: < <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializar>>. Acesso em 14/06/2019

¹³ Conhecida por Recomendação de Paris é um compromisso internacional criado na 17ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, - (UNESCO), realizada, em Paris, França entre 17 de outubro e 21 de novembro de 1972.

Nesse evento Cabo Verde comprometeu-se junto a UNESCO proteger e valorizar o patrimônio cultural e natural nacional, porém será apenas em 1978 que as atenções voltam-se para esta temática, e logo em fevereiro daquele ano Cabo Verde se torna membro da UNESCO enquanto um Estado emancipado. Desde então a preocupação política das autoridades cabo-verdianas em relação ao patrimônio resultou uma série de medidas, cartas, participação em convenções, que dão base para uma legislação patrimonial. (BOAS, 2013: 9)

De acordo com o artigo nº 11 do documento¹⁴ ratificado na convenção de 1972 ficou determinado que cada Estado participante deveria submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial, órgão responsável, um inventário denominado Lista Indicativa no qual constasse os bens patrimoniais de cunho cultural e natural de seu respectivo território, essa lista é essencial para que qualquer bem patrimonial possa se candidatar a patrimônio da humanidade.

Nos anos 1980 há a primeira visita de um consultor da UNESCO para inventariar o patrimônio da Cidade Velha, entretanto ainda não havia nenhuma instituição competente responsável por dar continuidade ao processo. Essa situação provoca um debate político e um rebuliço na imprensa nacional¹⁵, artigos e outros trabalhos de estudiosos de Cabo Verde passam a circular nos meios acadêmicos ressaltando o valor histórico da cidade, tida como berço da nacionalidade, da *caboverdianidade* e representação genuína da cultura cabo-verdiana.

Essa construção discursiva sobre a cidade será determinante para as decisões estatais e põem um desafio as autoridades, que seria declarar perante a UNESCO e logo perante o mundo a Cidade Velha enquanto “Patrimônio Mundial”, porém em situação de perigo por falta de meios financeiros para recuperação do seu patrimônio. Problemática por qual países com poucos recursos enfrentam. (DOS SANTOS, 2009: 37)

Essa situação evidencia outra questão, a ausência de uma legislação para salvaguarda, conservação e preservação do patrimônio e para além, denuncia a

¹⁴ Documento disponível em:

<http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>

Acesso em 15/06/2019 às 15:45

¹⁵ Destaque para *Jornal Voz di Povo*, criado em 1975 após a independência sendo extinto na década de 90, importante meio de propagação das ideias sobre a Cidade Velha.

necessidade de uma educação patrimonial que conscientize os cidadãos da existência e importância do sítio histórico. Dessa maneira, em 1986 foi criado o Ministério da Informação Cultural e Desporto cujo principal fim era a preservação dos bens culturais nacionais, e em 1988 o decreto nº 31/90 de 5 de Maio, aprova o protocolo de cooperação entre Portugal e Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha e em 13 de Junho do mesmo ano, Portugal fornece apoio a nível patrimonial a cidade. (TAVARES, 2017: 37)

Por consequência, as autoridades passam a fomentar uma legislação patrimonial no país na tentativa de resgatar os valores da cultura nacional, reprimidos durante o período colonial, e assim criam comissões de apoio, tanto nacionais como locais e já planejam cooperações internacionais para se tornar viável a concretização desses objetivos que logo se tornam metas de governo. (TAVARES: 2017: 37)

É importante perceber que o patrimônio se constrói a partir dos processos de reconhecimento identitário, no qual as motivações dessas disputas, os usos sociais do patrimônio perpassando pela questão da identidade local e a tentativa de construção da identidade nacional em detrimento do turismo patrimonial e todos esses fatores são primordiais para se entender os conflitos que se instauram neste sítio.

O reconhecimento da Cidade Velha ocorre de forma processual, no qual em um primeiro momento o sítio histórico e arqueológico é delimitado, e lhe é atribuído valor e o patamar de patrimônio nacional, em um segundo momento a partir do interesse político o poder público se manifesta perante o mantimento desse patrimônio através da criação de uma legislação patrimonial o que será determinante para o reconhecimento enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade. (DOS SANTOS, 2009: 40)

Na década de 1990 a Cidade Velha torna-se alvo de visitas de especialistas das áreas de arqueologia, arquitetura, diplomatas, história, etc., essa movimentação denota os primeiros passos para a candidatura enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade, que se candidata em 1991, sendo indeferida em 1992. Em nota do documento oficial o comitê constatou não haver proteção ou gerenciamento do

patrimônio e não corresponder aos critérios para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. (documento UNESCO -1992: 42).¹⁶

Neste período surgem Programas e Planos Nacionais que elegem o patrimônio como um dos eixos principais de desenvolvimento, o que leva a criação de políticas públicas, mais diretamente leis e decretos (apesar muitos sem efeitos práticos, pela falta de regulamentação) que tem por finalidade corresponder às exigências da UNESCO e facilitar as negociações para cooperações internacionais de apoio financeiro para revitalização do que se encontrava em ruínas tendo em visto os altos custos exigidos (MARTINS, 2011: 12). Muito dessa legislação patrimonial foi embasada nas de Portugal, e talvez esse fator somado a estreita relação existente entre Cabo Verde e o mesmo tenha influenciado na Cooperação Portuguesa para recuperação da Cidade Velha, outro país que se somou ao processo foi Espanha, ambos destinaram recursos financeiros para essa empreitada. (DOS SANTOS, 2009: 41)

Ainda na década de 90 a UNESCO passa a conferir apoio financeiro a Cidade Velha, segundo documentos oficiais em 1994 é conferido o valor de 25.000 dólares para investir no treinamento técnico de gestores e iniciar a preparação de uma lista provisória de propriedades culturais. (Documento UNESCO – 1994:12).¹⁷

Durante a década de 2000 surge o interesse no desenvolvimento da cidade que se opera como estratégia de abertura de um mercado turístico, com a restauração dos monumentos nota-se a intensificação neste setor e a reprodução dos discursos que reforçam a candidatura a Patrimônio Mundial. Em 2002 o Comitê do Patrimônio Mundial (setor da UNESCO responsável por deliberações referentes ao patrimônio internacional) mais uma vez confere assistência financeira ao governo cabo-verdiano para investir na restauração dos monumentos e elaboração de um

¹⁶ 16ª Convenção Relativa À Proteção Do Mundo Cultural E Do Patrimônio Natural - Comitê Mundial Do Patrimônio. Santa Fe, Estados Unidos da América, 7-14 de dezembro de 1992. Documento disponível em <https://whc.unesco.org/archive/1992/whc-92-conf002-12e.pdf>. Acesso em 29/05/19 às 12:35

¹⁷ 18ª Convenção Relativa À Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial – sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Phuket, Tailândia, 9-10 de dezembro de 1994. Documento WHC-94/CONF.OOIB/3 Disponível em às 13:40 <https://whc.unesco.org/en/decisions/4555>. Acesso em: 29/05/19 às 13:59

inventário, designando o valor de 35.000 dólares a ser aplicado em 2003 (Documento UNESCO – 2002: 64).¹⁸

Todos esses investimentos culminam na criação de um dossiê elaborado pela secretaria de cultura de Cabo Verde entre 2007 e 2008, e a candidatura ocorre em janeiro deste mesmo ano. A verificação técnica da cidade ocorre entre janeiro e junho de 2008 pela CPM-Paris, e deste mês até junho de 2009 ocorre a avaliação do sítio pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)¹⁹. Após esse longo processo e de vários agentes envolvidos a decisão em 26 de junho de 2009 a Cidade Velha é reconhecida enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.

É relevante perceber que a Cidade Velha é um sítio arqueológico composto de elementos coloniais, e que os atuais moradores configuram formas de fruição com o passado, ressemantizando o passado colonial, caracterizando uma situação pós-colonial. Nos livros de história elementar de Cabo Verde a Cidade Velha é tida como o berço da *caboverdianidade*, da *criolidade (téra-téra²⁰)*, ou seja, elementos culturais simbólicos que compõe a identidade cabo verdiana, seja a tradição, costumes, idioma, gastronomia, etc., resultado da miscigenação de europeus e africanos, mas que também são capitalizados pelos interesses econômicos que casam a cultura material e imaterial (identidade) com finalidade turística. (DOS SANTOS, 2009: 37,40)

4.1 Legislação Patrimonial em Cabo Verde

Mesmo com toda a movimentação política e social que decorreu antes, durante e após o reconhecimento patrimonial, a legislação sobre a conservação do patrimônio da Cidade Velha e em Cabo Verde de modo mais amplo, ainda é alvo de debates e esse tema constitui um grande desafio, pois na prática a legislação de salvaguarda do Patrimônio ainda é débil sendo mesmo uma problemática na conjuntura atual do país. (MARTINS, 2011: 23)

¹⁸ 26ª Convenção Relativa À Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial - sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. Budapeste, Hungria, 24 – 29 de Junho de 2002. Documento (CONF 202) - WHC-02/CONF.202/25 Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/2002/whc-02-conf202-25e.pdf> Acesso em 29/05/19 às 13:20

¹⁹ Sigla em inglês “*International Council of Monuments and Sites*”

²⁰ Expressão local para designar algo próprio, inerente a cultura cabo-verdiana.

É perceptível que sem uma legislação e jurisdição competentes, torna ineficiente qualquer ação que promova uma política de proteção do patrimônio, pois só a partir da intervenção positiva do Estado no patrimônio que irá estimular a sociedade para a valorização do que os identifica e os diferencia de outros povos.

Partindo do pressuposto da importância do patrimônio como elementos de cunho material ou imaterial que conservam a memória coletiva e são o elo entre o passado e o presente das sociedades, torna-se imprescindível que o Estado desenvolva uma legislação que dê suporte a medidas de preservação e defesa desse patrimônio como forma de garantir a continuidade cultural e natural, como também controlar o seu funcionamento designando órgãos competentes para tal. (MARTINS, 2011: 27)

A degradação do ambiente, o envelhecimento, a urbanização, as especulações imobiliárias e turísticas e o vandalismo, entre outros, constituem ameaças para os bens culturais, naturais que são mais ameaçados, principalmente os mais sensíveis e mais raros. [...] Caso contrário, tanto um monumento histórico como um sítio arqueológico e paisagístico poderão desaparecer devido à falta de cuidados por parte da sociedade envolvente que, de uma forma consciente ou inconsciente poderão pôr em perigo a própria identidade. (MARTINS, 2011: 21)

As primeiras manifestações de proteção são referentes ao patrimônio natural, devido à preocupação com o cerceamento dos recursos naturais os mecanismos de proteção a natureza são inicialmente ativados, no 1º artigo do documento de nº 10-72 de 26 de Junho, fica estabelecido que entre os meses de Julho, Agosto e Setembro, tornasse proibida a pesca predatória de lagostas em Cabo Verde, já em 1980, a primeira Constituição da República de Cabo Verde, em seu 9º artigo subscreve que *“o Estado de Cabo Verde exerce competência exclusiva em matéria de conservação e exploração de recursos naturais, vivos e não vivos, na sua zona econômica exclusiva, definida por lei”* (MARTINS, 2011: 33/ 53). Por ser um país insular, boa parte de sua economia e subsistência provém do mar, esse fator somado a escassez de outros recursos naturais em abundância justifica a especial atenção para esse patrimônio.

É justo dizer que já havia certa inquietação com o patrimônio cultural manifestada por autoridades cabo verdianas antes mesmo de Cabo Verde se constituir enquanto um país independente, pois durante o Governo de Transição (1974/1975) intenta romper com o passado colonial e em 17 de Dezembro 1977 cria

a Lei nº 13/74 que institui o Ministério da Educação e Cultura, no qual “[...] (a principal) competência: Inventariar o patrimônio cultural de Cabo Verde e divulgar os resultados, lançar bases para um intercâmbio cultural com outros povos”. (TAVARES, 2017: 36-37)

Em 1978 cria-se a “Comissão Nacional para promover o restauro, a reabilitação, defesa e a conservação dos monumentos nacionais e de outros valores do patrimônio artístico e cultural” responsável pelo levantamento do patrimônio cultural. Vinte anos depois em 1998 é fundado o Ministério da Cultura no qual é responsável por tudo que for inerente a cultura cabo verdiana, criando, a partir de então, setores como o Arquivo Histórico Nacional e o Instituto de Promoção Cultural. Entre 2001 e 2005 com a junção do Instituto Nacional de Investigação Cultural (INIC) e do Instituto de Promoção Cultural (IPC) cria-se o INIPC que antecede a criação do Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, e em 18 de março de 2014 o INIPC dá lugar ao Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde (IPC) no qual é instituído pelo decreto-lei nº 22/2014 entrando em vigor em 22 de maio do mesmo ano, sucedendo assim todas as outras instituições responsáveis.²¹

O decreto n.º 121/90, 08 de Dezembro, classifica a Cidade Velha como patrimônio nacional, 16 Março de 2009. Atualmente as leis que vigoram em âmbito nacional, anexadas a Constituição Nacional (Artigo 78º)²² de Cabo Verde a respeito do patrimônio, salientam que os bens culturais devem ser percebidos enquanto fator de desenvolvimento dos indivíduos possibilitando acesso aos bens culturais do povo cabo verdiano. (BRITO, 2014: 41)

Ressalta-se que não se encontram registros de alguma iniciativa da administração colonial em preservar (seja através, de leis, portarias, decretos, normas regulamentadoras) o patrimônio cultural, certamente para efetivar o domínio através da anulação da historicidade cultural dos sujeitos.

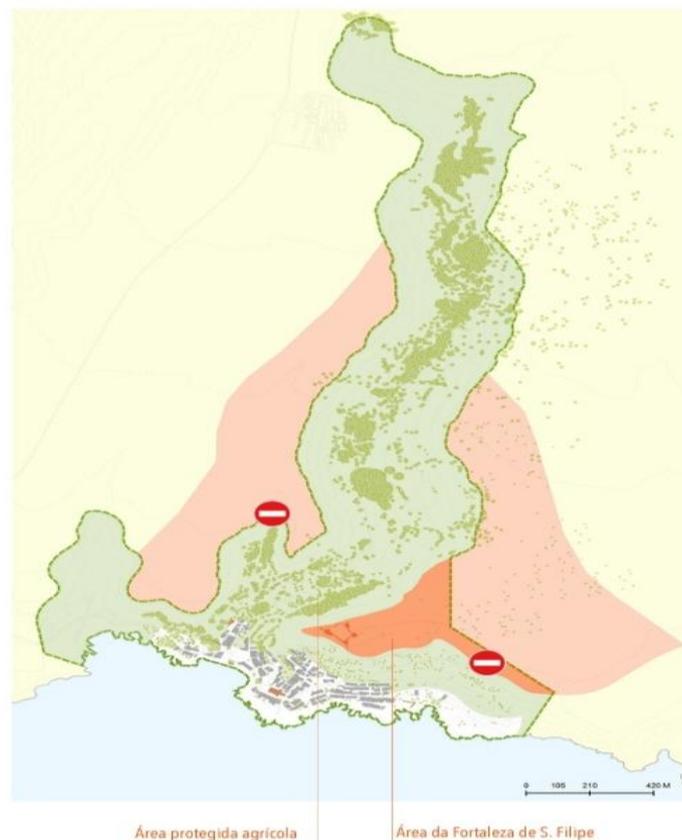
²¹ Informações disponíveis em <http://www.ipc.cv/index.php/sobre-ipc/apresentacao> Acesso em: 28/11/2019 às 23:01

²² Constituição da República de Cabo Verde. Disponível em: <http://portais.parlamento.cv/rppd/legislacao/cr.pdf> Acesso em: 08/12/2019 às 11:05

4.1.1 Políticas Urbanísticas na Cidade Velha

Os edifícios da Cidade Velha foram construídos com os recursos naturais do Vale da Ribeira Grande de Santiago, a pedra basáltica pode ser percebida nas fachadas brancas de pedra caiada e construções históricas através do empilhamento de pedras. Outros elementos avistados nas casas são os telhados de madeira de árvores da cidade, como os coqueiros em que suas folhas são usadas para dar cobertura às casas. Assim desde o reconhecimento da Cidade Velha enquanto Patrimônio da Humanidade houve a preocupação das autoridades competentes em manter a arquitetura do sítio para resguardar o valor histórico do lugar, em vista também ser uma das exigências da UNESCO para assegurar a arquitetura urbana e histórica.

Figura 3 - Área de proteção do patrimônio na Cidade Velha em verde, e área e proibição para construções em vermelho.



Fonte: Guia de Normas Urbanísticas da Cidade Velha (2018) ²³

²³Disponível

em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual%20Urbanistico%20Ilustrado%20da%20Cidade%20Velha.pdf>>, pág.39 Acesso em 29/11/19. às 16:35

A vista disso em 28 de Maio de 2018 foram aprovadas em Assembléia Municipal, medidas preventivas que regulam a intervenção no sítio Histórico construído da Ribeira Grande de Santiago. Nesta assembleia foi deliberado a construção de um documento que pudesse exemplificar a regulamentação patrimonial e as intervenções urbanísticas vigentes na Cidade Velha, assim surge o *Guia de Normas Urbanísticas da Cidade Velha* em colaboração com o *CRAterre* (Editora francesa) e o Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde (IPC) com apoio da UNESCO na perspectiva de ser mais uma ferramenta para colaborar com a preservação do Patrimônio Cultural da Cidade Velha.

Essas medidas aplicam-se à área declarada tanto Patrimônio Nacional como Patrimônio da Humanidade, no qual a zona urbana refere-se ao centro da Cidade Velha, (bairros Rua Calhau, São Pedro, São Brás, São Sebastião e Santo António), e a zona agrícola (Ribeira Grande, Ribeira do Convento e Ribeira de Santa Marta) além da Fortaleza Real de São Filipe. (*Guia de Normas Urbanísticas da Cidade Velha*, 2018: 22)

Tais modificações arquitetônicas são aplicáveis tanto em antigas como em novas construções, e toda e qualquer obra realizada nas casas ou edificações de modo geral deve ser notificado a Câmara Municipal ou ao IPC para obter licença para a construção. Os tipos de intervenção permitida são as obras de conservação (para a manutenção da edificação), obras de restauro (destinam-se a reparação contra a degradação, e técnicas para o restauro da obra original) obras de reabilitação e/ou alteração (quando necessário alterações significativas), obras de ampliação (permitidas na existência de espaço disponível, devendo respeitar as características arquitetônicas originais), obras de demolição (quando se tratar de ruína e puser em risco a vida das pessoas), obras de reconstrução (quando no caso de demolição, necessário reconstruir nas proporções e medidas permitidas nas normas municipais), obras de construção nova que são permitidas desde que respeitem os regulamentos em vigor. (*Guia de Normas Urbanísticas da Cidade Velha*, 2018: 24-25)

O guia urbanístico é completo e corresponde a sua proposta, e delimitam tanto os espaços internos quanto externos das edificações, as proporções,

implantação e profundidades das casas, fachadas e vãos, varandas, pátios, quintal, telhado, garagens, espaço interior, etc., e categorizam o que é permitido e proibido.

4.2 Turismo: Terra para turista ver... mas não muito

A Cidade Velha enquanto primeira cidade europeia na África Subsaariana, e por ser considerada o berço da nação cabo-verdiana, detém grande potencial turístico por seu patrimônio seja histórico, cultural ou natural. Atualmente a cidade é um ponto turístico por excelência, um dos principais destinos em Cabo Verde, atraindo com facilidade os turistas internacionais (sobretudo europeus) e nacionais que se interessam em conhecer as origens da cultura cabo verdiana. Com uma orla marítima valorizada, nos últimos anos várias propostas de imobiliárias e redes hoteleiras vêm surgindo para se instalar na região, denotando assim um eixo de desenvolvimento para a cidade na perspectiva de usufruto de seu potencial histórico (BAPTISTA, 2008: 13).

Boa parte da economia local baseia-se em uma economia de subsistência sendo a agricultura familiar ainda muito presente e quase metade da população, 47.7%, trabalham por conta própria. (BAPTISTA, 2008:15).

Desta maneira, ao surgir a possibilidade de utilizar os bens patrimoniais da cidade a favor do desenvolvimento, logo autoridades e comunidade ficaram eufóricos, pois a premissa do desenvolvimento é uma constante nas sociedades, em que se conecta com a melhora na qualidade de vida, e nesse viés o ângulo do desenvolvimento favoreceu para uma maior preocupação acerca da recuperação do patrimônio histórico, permitindo cooperações financeiras e apoios internacionais para o mantimento do patrimônio. (BAPTISTA, 2008: 24)

O turismo é um dos recursos patrimoniais utilizados em prol do desenvolvimento, deste modo é um – “conjunto de atividades de produção, consumo, resultante da deslocação de pelo menos uma noite, para fora do domicílio habitual (...)” (MICHAUD, J, 1983 in BAPTISTA, Ineida Pereira, 2008: 79)

Nessa perspectiva estratégias de gestão foram adotadas frente aos interesses econômicos e os projetos de desenvolvimento. A recuperação dos monumentos e do sítio patrimonial como um todo foi considerado como ponto

primordial para promover o bem estar dos visitantes e dos moradores, também foi proposto à formação de agentes turísticos através da capacitação da população local. (BRITO, 2014: 44)

O turismo pode exercer papéis antagônicos,

[...] por um lado ele é uma força de mercado que pode contribuir para a preservação/conservação/interpretação dos monumentos e da cultura. Por outro lado, também pode provocar teatralização dessa cultura, a exclusão da comunidade e a ratificação de patrimônios escolhidos por interesses oficiais ou econômicos. "(BRANCO, 2007: 9)

Vivemos um período de massificação das informações, devido à globalização as pessoas vêm no turismo a possibilidade de se ausentar de sua rotina por um determinado período, vivenciar outras experiências e “consumir” outra realidade. Deste modo as forças de mercado mencionadas na citação capitalizam o patrimônio, transformando-o em um produto, neste prisma o turismo pode preservar ou destruir o patrimônio, irá depender de sua abordagem. O turismo pode ser usado para o desenvolvimento da localidade, em duas linhas bem distintas:

[...] Ou se apresenta como uma proposta econômica de inclusão social e, assim, contribui para novas perspectivas de valorização da vida, do consumo de produtos culturais e de distribuição de renda, ou, por outro lado, alia-se a uma economia que exclui parcelas imensas da população da participação na produção econômica. É triste observamos cidades onde o chamado Turismo Histórico exclui a comunidade, que preservou e guardou o bem histórico, do usufruto de sua apreensão e das perspectivas de melhoria da qualidade de vida a partir da comercialização sustentável desse bem patrimonial. (MENESES, 2004, p.13 apud BRANCO, 2007, p. 9)

Alguns estudiosos da área de patrimônio como a historiadora Patrícia M. Castelo Branco, a socióloga Celina Albano, Stela Maris Murta (2002: 282) e outros acreditam na criação de alternativas que possam contribuir para um Turismo Histórico sustentável, no qual as redes de comercialização turística possam agir em consonância com a comunidade e proporcionar uma visão do aspecto cultural e histórico dos lugares na rota turística possibilitando uma valorização do lugar e um desenvolvimento sustentável do sítio e da comunidade.

Desde o início quando são demonstrados os primeiros indícios de interesse na reconstrução do patrimônio na Cidade Velha surge à relação com o turismo, nos discursos dos agentes estatais e diversos segmentos sociais (agentes culturais, estatais, políticos, empresas turísticas, moradores locais, empresas nacionais e internacionais) que vêem no turismo uma possibilidade de desenvolvimento tido como ideal para unir o patrimônio ao turismo e assim alavancar a restrita economia local. (DOS SANTOS, 2009: 27)

É fato que com todo esse contexto, empresas do ramo hoteleiro e turístico de modo geral, vêm disputando a dominância nesse setor na cidade, e considerando fatores anteriormente mencionados em relação a classe econômica do qual os moradores da cidade pertencem, é presumível que o empresariado seja composto por pessoas de fora da comunidade, em geral imigrantes que vêem a possibilidade de investimento.

Acredita-se que por volta de 30 mil turistas internacionais visitem a cidade, já em relação aos turistas nacionais é mais difícil mensurar em vista que são os que mais frequentam a cidade principalmente aos finais de semana e durante o verão. Estimativas mais próximas acreditam que cerca de 80 mil turistas ao total visitem a cidade anualmente, numa cidade que detém uma área de 200 hectares e cerca de 3.500 habitantes, segundo o censo de 2010 com cerca de 250 famílias.²⁴ Apesar disso o poder econômico dos moradores ainda é reduzido.²⁵

Nessa conjuntura, segundo a socióloga cabo verdiana Flávia Lenira dos Santos (2009: 56) os moradores locais sentem um distanciamento com os bens patrimoniais, uma vez que não conseguem ter acesso as infra-estruturas turísticas. Para se ter noção em valores, para conhecer o circuito turístico da Cidade Velha, que implica numa visita guiada pelo sítio histórico, custa 3.500 cve²⁶, sendo que a base salarial em Cabo Verde está em 13 mil cve (varia a depender da profissão) em

²⁴ “Desafios para uma candidatura ao Patrimônio Mundial – Cidade Velha, Patrimônio Mundial 2007-2009” Dossiê de Martinho Robalo de Brito, Rio de Janeiro, 2014.

²⁵ Informações contidas no documento da UNESCO, Legacies of slavery: a resource book for managers of sites and itineraries of Memory, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265488> Acesso em: 15/01/2020 às 11:29

²⁶ Escudos Cabo Verdianos, moeda de Cabo Verde.

2020.²⁷ Ademais, os bares e restaurantes cobram altos valores na prestação de serviços, incongruentes com o poder aquisitivo dos moradores, o que gera descontentamento da população para com os rumos que o turismo está tomando na cidade.

Uma cidade enquanto Patrimônio Mundial é um museu ao ar livre e se configura destoante na paisagem ao passo que faz parte daquele lugar, e tem papel fundamental nas próprias configurações sociais. Na Cidade Velha nos deparamos com conflitos econômicos e sociais, e inevitavelmente de viés histórico, os locais questionam a autonomia econômica dos estrangeiros europeus ao passo que impede o desenvolvimento dos locais, poderíamos denotar aqui um sentimento que remete ainda ao período colonial em que o povo 'da terra' estava à mercê dos colonizadores europeus, então lidar com tais tensões é atingir o âmago do sentimento nacional de pertencimento, pois essa cidade detém um valor simbólico e cultural inestimável para os cabo verdianos.

²⁷ Disponível em: <https://meusalario.org/caboverde/salario/salario-minimo> Acesso em: 14/01/2020 às 13:30

5. CATÁLOGO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DA CIDADE VELHA

Os monumentos históricos na Cidade Velha são, em sua maioria, de cunho militar e religioso, mas há também as construções civis, que construídos entre os séculos XV-XVII, mais precisamente entre 1450-1640, são resquícios da primeira fase do tráfico de escravizados, período em que Portugal detinha o monopólio comercial no setor.

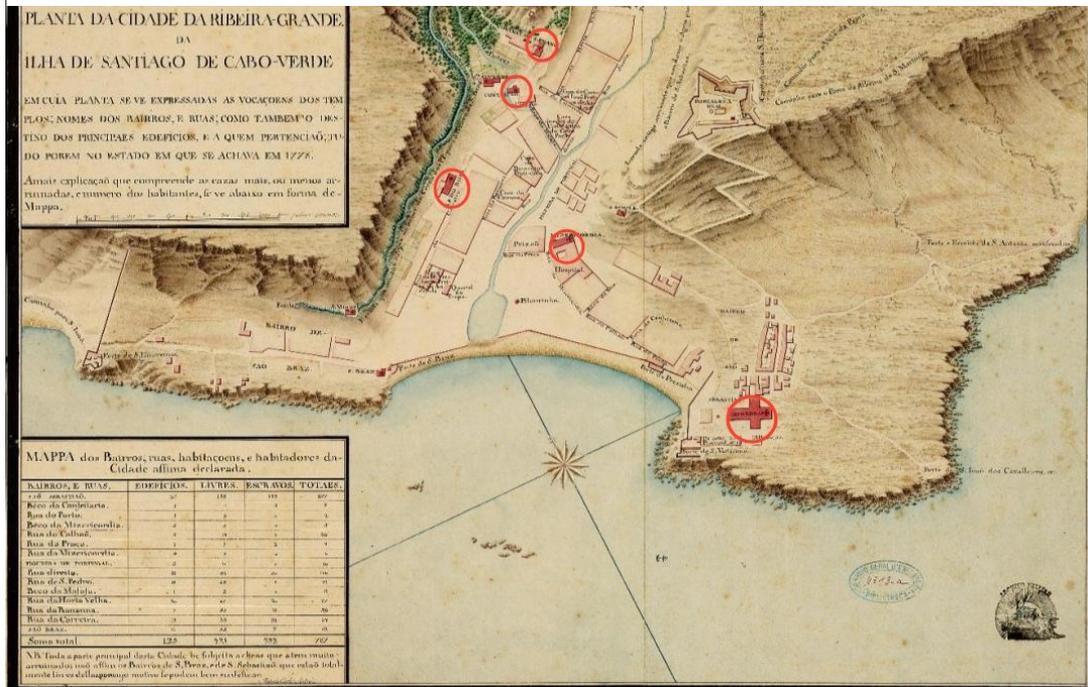
Há também a incidência de vestígios arqueológicos, ruínas que compõem a paisagem e ainda não foram restauradas, Igreja da Misericórdia e da Igreja da Nossa Senhora da Conceição; as ruínas dos fortes (Santo António, São João dos Cavaleiros, São Veríssimo, Presídio, São Brás e São Lourenço).

Com o reconhecimento da Cidade Velha enquanto patrimônio mundial da humanidade a cidade por completo passa a ser considerado um sítio histórico, e a restauração e preservação de seus monumentos se faz necessária para a cultura cabo verdiana como também para a história da humanidade.

Com esse catálogo temos a intenção de demonstrar os principais monumentos que compõem a Cidade Velha. As informações aqui contidas foram colhidas durante duas visitas guiadas em meados de agosto de 2018 à cidade.

5.1 Monumentos de Cunho Religioso

Figura 4 - Mapa da Ribeira Grande de Santiago em 1778. Os pontos circutados em vermelho são os principais monumentos religiosos.



Fonte: Fortalezas.org

5.1.1 A Igreja Nossa Senhora da Conceição (1466-1470);

Figura 5 – Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Própria (2018)

A construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição foi ordenada pelo Infante D. Fernando, entre 1466 e 1470. A Igreja foi à primeira instituição eclesiástica a ser erigida na Ribeira Grande, e logo a primeira em toda a África subsaariana. As ruínas (fig. 5) foram redescobertas em 2015 após a escavação arqueológica de uma pesquisadora alemã que percebeu em plantas da cidade e documentos antigos a existência da mesma. É verificável a existência de lápides de pessoas de provável relevância na vila, seja econômica ou religiosa, enquanto colônia portuguesa.

5.1.2 Igreja de Nossa Senhora de Rosário (1495);

Figura 6 – frente e lateral da Igreja Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Própria (2018)

A Igreja Nossa Senhora do Rosário é o mais antigo edifício da Ribeira Grande ainda existente, constituindo um dos raros exemplos de arquitetura gótica na África subsaariana (fig. 8).

Esta capela de estilo manuelino constitui o elemento fundador deste edifício. A chave da sua abóbada tem um selo que representa a cruz da coroa portuguesa.

A igreja, cuja parte principal foi construída desde 1495, situa-se na rua Carrera, tendo sido edificada em honra a Nossa Senhora do Rosário padroeira dos homens pretos. Esta igreja nunca perdeu a sua vocação e congrega em missas semanais.

Figura 7 – Parte interna da Igreja



Fonte: Própria (2018)

Figura 8 - Cúpula lateral da capela



Fonte: Própria (2018)

5.1.3 Igreja/Hospital da Misericórdia (1556)

Figura 9 – Ruínas da Torre da Igreja da Misericórdia



Fonte: Própria (2018)

A construção da Igreja da Misericórdia (torre) foi ordenada pelo terceiro bispo de Cabo Verde F. Francisco da Cruz a partir de 1555 com contributos concedidos pelos moradores locais. Nessa igreja funcionou durante alguns anos a Sé do bispado por ainda não estar finalizadas as obras da Catedral iniciada em 1556. No seu interior foi sepultado o seu fundador e o primeiro eclesiástico português a estabelecer residência na Ribeira Grande de Santiago. Nessa Igreja pregou o Padre Antônio Vieira em 1652, na sua passagem por Ribeira Grande quando regressava ao Brasil para missão jesuíta no Maranhão. O hospital, do qual não restam vestígios aparentes, era descrito como um dos melhores do continente africano, e por ser uma instituição de caridade cristã dava-se assistência aos pobres, doentes, presos.

Em 1864 devido aos ataques que assolaram a cidade, o conjunto da Misericórdia encontrava-se em ruínas. O único vestígio aparente da igreja é a sua torre de sineira recuperada em 2010. São necessárias novas intervenções arqueológicas para que se possa descobrir, por exemplo, as estruturas do hospital e suas enfermarias, e mesmo onde teria sido sepultado o Bispo, que segundo a história teria sido ali sepultado.

5.1.4 Sé Catedral (1556-1770);

Figura 10 – Altar da Sé Catedral



Fonte: Própria (2018)

A primeira Catedral construída na costa ocidental africana, por iniciativa de Frei Francisco da Cruz. Começou a ser edificada em 1556, numa localização privilegiada, frente ao oceano, ficando concluída apenas em 1700, devido a crises na instituição clerical e também na sua relação com o poder monárquico.

Trata-se de uma catedral característica do renascimento tardio. O santuário e as duas torres de sino que enquadravam a porta já não são visíveis, mas os grandes muros laterais restantes permitem apreciar esse grande projeto. Na sua edificação foram utilizadas pedras provenientes de Portugal.

O seu declínio está ligado à queda da própria cidade, que assolada por uma grande intempérie e aos ataques dos piratas a comando de Jacques Cassard em 1712, obriga a saída do poder eclesiástico da cidade. As primeiras intervenções arqueológicas de restauração datam de 1986-1989, respectivamente, e a partir da década de 1990 várias outras investigações foram feitas.

Figura 11 – Um dos pilares externos da Catedral



Fonte: Própria (2018)

Figura 12 – Sé Catedral na paisagem da cidade, vista do Forte Real São Filipe



Fonte: Própria (2018)

5.1.5 Convento São Francisco (1657)

Figura 13 – Fachada frontal externa do Convento São Francisco



Fonte: Própria (2018)

A construção da Igreja/Convento de São Francisco iniciou na segunda metade do século XVII, mandada construir por Joana Coelho uma proprietária rica natural da ilha. O convento foi concebido para acolher os religiosos franciscanos recém chegados a ilha de Santiago. Também funcionava como centro de formação onde os padres ministravam as aulas e ensinavam outros ofícios.

A igreja de traçado simples esteve ligada ao convento hoje em ruínas. No início do século XVIII, esse conjunto de edifícios ficou parcialmente destruído devido a um incêndio, mas o que destruiu e causou seu conseqüente abandono foram os sucessivos ataques dos piratas.

Obras de restauração foram efetuadas entre 2001 e 2005, permitindo o uso da igreja para diversas atividades socioculturais (concertos, conferências e exposições). As ruínas do convento foram estabilizadas com colunas de argamassa e são acessíveis aos visitantes que podem apreciar a estrutura.

5.2.1 Fortaleza Real de São Filipe (1587 - 1593)

Figura 16 – Área superior interna do Forte Real São Filipe, área de lança canhão.



Fonte: Própria (2018)

Construído em 1587, a Fortaleza ou Forte Real de São Filipe localiza-se no alto da Achada de São Filipe e foi edificado cerca de 120 metros acima do nível do mar, foi a primeira e mais importante fortificação militar do arquipélago. Era a principal instituição militar que comandava o sistema defensivo da cidade, composto por mais sete fortes menores, Forte Santo Antonio, Forte São João dos Cavaleiros (desaparecido), Forte São Veríssimo, Forte São Brás, Forte São Lourenço, Forte do Presídio, Forte de Santa Marta (desaparecido), espalhados em vários pontos estratégicos da cidade.

Apresenta plantas no formato trapezoidal com muralhas de pedra que resistiram aos vários ataques marítimos entre o século XVI-XIX, apesar disso na segunda metade do século XX várias estruturas internas se encontravam arruinadas, deste modo passou por um cuidadoso processo de restauração entre 1968-1970 e mais recentemente em 1999, em que contou com a iniciativa do Ministério da Cultura de Cabo Verde em colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Figura 17 – Vista do Forte a partir da praia da Cidade Velha



Fonte: Própria (2018)

Figura 18 – Pátio Interno do Forte Real São Filipe



Fonte: Própria (2018)

5.2.2 Forte São Veríssimo (1590)

Figura 19 – Ruínas do Forte São Veríssimo



Fonte: Própria (2018)

Construído entre 1585 e 1590, foi um dos fortes que compunham a bateria defensiva militar da Ribeira Grande, é criado após ataques do corsário inglês sir Francis Drake em 1578. Atualmente se encontra em ruínas, estando próximo a encosta marítima sofreu com as intempéries e ataques marítimos.

Figura 20 – Canhões do século XVII, resquícios arqueológicos do sistema defensivo da cidade



Fonte: Própria (2018)

5.3 Monumentos Cívicos

5.3.1 Pelourinho da Picota

Figura 21 – Pelourinho da Picota na Praça no Centro da cidade



Fonte: Própria (2018)

Construído em mármore branco no século XVI entre 1512 e 1520, este pelourinho foi símbolo do poder municipal e da severidade do período escravagista. De estilo manuelino, constituída por uma coluna de estilo gótico tem no topo uma esfera armilar que é o símbolo dos navegantes.

Sendo um dos menores símbolos da Cidade Velha é igualmente um dos mais significativos, carrega consigo um dos períodos mais difíceis da história da humanidade para o povo negro, mas sendo resignificado podemos atribuí-lo um símbolo da resistência do povo negro africano, sobretudo cabo verdiano.

Foi um dos primeiros monumentos a serem restaurados na cidade em finais dos anos 1960, a última intervenção foi em 2003.

5.3.2 Rua Banana

Figura 22 – Rua Banana e casas de pedra



Fonte: Google Imagens. Acesso em 08 de Janeiro de 2020

A Rua Banana é a mais antiga da África subsaariana e dos trópicos urbanizada pelos europeus. Hoje é um conjunto de residências de pedra com cobertura de palha e caiadas com cal. Paralelamente a esta rua encontra-se a Rua Carrera com idêntica tipologia urbanística.

5.3.3 Rua Carrera

Figura 23 – Rua Carrera



Fonte: Google Imagens. Acesso em 08 de Janeiro de 2020

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do posicionamento histórico fica evidente a intrínseca relação da formação de Cabo Verde com a Cidade Velha, e a relevância do lugar no contexto colonial, e deste modo podemos refletir que a emancipação política que ocorre em Cabo Verde em concomitância a Guiné-Bissau nos anos 1960 vai de encontro justamente a ruptura com o que o sistema colonizador representou a esses povos, assim através dos processos de ressemantização no qual o povo cabo verdiano ressignifica a existência da Cidade Velha, enquanto berço da história desse povo, nessa perspectiva transformando símbolos de desumanidade (ex. Pelourinho da picota) em símbolos de resistência.

Percebe-se a existência de vários agentes na construção patrimonial, os agentes estatais, culturais, investidores e empresas turísticas, intelectuais, moradores locais e outros segmentos que contribuem para essa construção, com tantas perspectivas ideológicas e propósitos de cada setor, a valorização e preservação do patrimônio cultural nem sempre é um processo harmonioso e pacífico, do contrário, as disputas discursivas são causadoras de conflitos, e a resolução a partir de então é que resulta no sucesso da proteção e salvaguarda do patrimônio.

Esta pesquisa pretendeu investigar a trajetória do reconhecimento da Cidade Velha em Cabo Verde enquanto Patrimônio Mundial da Humanidade e a importância da construção do discurso sobre patrimônio cultural e propôs perceber a Cidade Velha enquanto um sítio propício a novas descobertas, bem como sua influência sobre o reconhecimento identitário dos cabo verdianos e sua relação umbilical com o lugar como também sobre as relações sociais que se instauram nesse espaço logo após o reconhecimento pela UNESCO, seja a utilização do espaço pelo turismo patrimonial e seus desdobramentos como também elencando a legislação patrimonial que vem se solidificando ao longo dos anos, seja no âmbito nacional quanto municipal na Ribeira Grande de Santiago, sendo o reconhecimento patrimonial um marco fundamental nesse setor e age diretamente da disposição urbanística da Cidade Velha.

A Cidade Velha foi considerada por completo um sítio histórico e arqueológico pela UNESCO, dos elementos históricos até as habitações que devam corresponder

aos modelos já expressados, portanto, através da catalogação dos principais elementos teve-se por intenção ratificar a relevância cultural e histórica desse sítio com potencial de fornecer elementos que enriqueçam a história e a identidade do país como também fortalecer o campo dos estudos patrimoniais.

Talvez a maior busca da humanidade seja pela sua origem (da vida), indagações criacionistas ou evolucionistas rondam a curiosidade humana á séculos, buscando respostas para os Por quês que talvez jamais tenhamos, e deste modo transferimos nossa empenho para o que seja palpável, nosso passado cultural. Nossas perspectivas de existência no mundo são pautadas através do nosso elo com nossa cultura, que nos molda em todos os sentidos, o patrimônio expressa a materialização do que nos liga ao nosso passado cultural, utilizado pelos Estados Nacionais para fortalecer a noção de pertencimento passa a ser alimentado como a importância da existência individual e coletiva no mundo, na perspectiva de que o que nos diferencia e também nos assemelha é o que nos identifica.

Podemos concluir que o patrimônio histórico e cultural da Cidade Velha é vasto e de suma importância para Cabo Verde, mas também para a história da humanidade, pois os resquícios arqueológicos observáveis na cidade são demonstrações de um importante e doloroso capítulo da colonização portuguesa em África, que remonta a escravização e tráfico dos negros para as Américas e Europa.

7. REFERÊNCIAS

- ABREU. R. M. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. FILHO, M. F. L. et al (org.) UNIRIO. 2007. 263-285 p.
- BOAS. C. M. R. V. **Arquitetura, Patrimônio e Turismo: o caso da Cidade Velha Cabo Verde**. Universidade Da Beira Interior. Faculdade de Engenharia. Covilhã, Outubro de 2013.
- BAPTISTA, I. P. **A valorização patrimonial como fator de desenvolvimento turístico - O caso de Ribeira Grande de Santiago**. Monografia de graduação. Uni-CV, Praia, Cabo Verde, p. 79. 2008.
- BRANCO, P. M. C. **Patrimônio Histórico e Turismo: uma construção social**. 2007. Disponível em: www.cultura.sc.gov.br/.../patrimonio-cultural/...patrimonio-historico-e-turismo/file; Acesso em: 19 de maio de 2019
- DOS SANTOS, F. L. G. M. Construção Patrimonial da Cidade Velha: usos políticos, turísticos e identitários. 25-74 p. In: LUCAS, M. E. ; BAPTISTA DA SILVA, S. **Ensaio Etnográfico na Ilha de Santiago: processos identitários na contemporaneidade**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Edições Uni-CV; Porto Alegre, RS, Brasil: Editora da UFRGS, 2009, 277 p.
- FERREIRA. L. É. – **Cabo Verde** – edição Universidade Aberta, Lisboa 1997 p. 13-92
- HENRIQUES, J. G. **Racismo em Português — O lado esquecido do colonialismo** Editora: Tinta da china 1.ª edição: Junho de 2016
- MADEIRA, J.P. **O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde**. Revista Científica Vozes dos Vales UFVJM. Minas Gerais, Brasil. 6ª Ed. 2014. 1-23 p.
- MARTINS, A. F. **Legislação sobre a defesa do patrimônio em Cabo-Verde (1975-2005)**. Dissertação de Mestrado - Uni-CV, Praia, Cabo Verde, p. 218. 2011.
- MURTA, S. M. **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Editora UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2002. 282 p

PEREIRA, E. A. C. Reformas Políticas E O Regime Da Prefeitura Em Cabo Verde Da Primeira Metade Do Séc. Xix (1832-1834). 6ª ed. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Dezembro de 2013

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. 3ª Ed. Mana. Rio de Janeiro. Abril de 1997. 41-73 p.

TAVARES, N. Inventário Arqueológico de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Patrimônio Cultural. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, p. 161 2017